

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE
CONSELHO SUPERIOR

ATA N.º 09/2010

1 Aos quatorze dias do mês de outubro do ano de dois mil e dez, às quatorze
2 horas e dez minutos, na sala 433 do Pavilhão Bonat, do *campus* Pelotas do
3 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense,
4 realizou-se assembléia ordinária do Conselho Superior da Instituição.
5 Presentes à reunião, os conselheiros Antônio Carlos Barum Brod –
6 Presidente do Conselho, Adão Fernando Santos da Silva, Alexandre de
7 Pauli Bandeira, Ana Maria Martins, André de Paula, Andréia Cabral
8 Colares Pereira, Berenice Santini, Carlos Alberto Schuch Bork, Cleiton
9 Soares Zanini, Edelbert Krüger, Elmara Vasconcelos Oliveira, Fernanda
10 Teixeira de Melo, Gisela Lange do Amaral, Horacy Fagundes Júnior, Hugo
11 Roberto Kaastrup Stephan, José Carlos Pereira Nogueira, Juliana Roldão
12 Bittencourt, Luis Afonso Tavares Alves da Fonseca, Maicon Ança dos
13 Santos, Manoel José Porto Júnior, Marcelo Bender Machado, Maria de
14 Fátima Medeiros, Maria Regina Rosa Lima, Melissa Rosa de Souza, Nilton
15 Roberto Pinheiro, Ricardo Costa Pereira, Vinícius Novicki Obadowski e
16 Vitor Hugo Borba Manzke e os convidados Berenice Mattos da Silva,
17 Flávio Luís B. Nunes, Lacina Freitas Teixeira e Stela Marina Nunes de
18 Castro. O Presidente do Conselho saudou os presentes e colocou em
19 apreciação as atas n.ºs 07 e 08, que foram aprovadas. O conselheiro Manoel
20 solicitou que todos os documentos, depois dos acertos e adequações feitos
21 nas reuniões, sejam enviados, via e-mail, a todos os conselheiros, para
22 acompanhamento. A secretária Berenice perguntou se poderiam ser
23 remetidos apenas os que não sofressem alterações. A seguir, leu o Termo e
24 deu posse aos novos conselheiros, titulares e suplentes presentes, que
25 assinaram o livro. O Presidente sugeriu o andamento da reunião: se deveria
26 haver pausa ou ir até à noite. Foi decidido que na hora da pausa para o café
27 seria definida a duração da reunião. Propôs que fossem apresentados
28 inicialmente o relatório da Comissão Própria de Avaliação - CPA, o Projeto
29 Pedagógico do Curso Ensino Médio – adaptação curricular para alunos
30 com necessidades educacionais especiais – *campus* Sapucaia do Sul e a
31 Inclusão do Estágio não Obrigatório no Projeto Pedagógico do Curso de
32 Engenharia Mecânica, também do *campus* Sapucaia do Sul e o Regimento
33 Geral, passando depois a obedecer à ordem proposta na pauta. A servidora
34 Lacina passou a apresentação do projeto da CPA. O conselheiro Manoel
35 salientou a importância do trabalho que está sendo desenvolvido, visto que

36 recém se está convivendo com a cultura dos cursos superiores; teceu
37 considerações sobre o projeto e o regulamento, sendo informado que este já
38 havia sido aprovado. Questionou a participação de alunos, que considera
39 pouca, e o convite, em caso de vacância, e propôs a discussão do
40 Regulamento da CPA em outra reunião. A servidora Lacina falou da
41 dificuldade em encontrar pessoas disponíveis. A conselheira Ana Maria
42 comentou que, desde a instituição da Comissão, muitos componentes
43 entraram e saíram, dificultando o trabalho e que os convites visavam a mais
44 agilidade. O conselheiro Miguel questionou o uso da expressão “sociedade
45 do conhecimento” e disse que deve haver cuidado nos documentos oficiais
46 com termos que representam a visão da Instituição e que deve ser
47 priorizado o aspecto profissional. Frisou que o regulamento fala em
48 educação tecnológica, considerando o ensino superior, e que não havendo
49 mais a primeira, que a Comissão Interna de Supervisão da Carreira dos
50 Cargos Técnico-administrativos não está incluída. A servidora Lacina
51 propôs que as alterações sejam feitas na reunião da CPA do dia 15. O
52 Presidente registrou que deverão ser registrados todos os cursos de todos os
53 *campi*. A conselheira Ana Maria disse que os cursos a distância não são da
54 alçada da CPA. A servidora Lacina esclareceu que os cursos criados no
55 corrente ano não apresentam condições de avaliação em 2010, data da
56 vigência da Comissão. O Presidente perguntou se havia impeditivo para
57 incluí-los, embora não avaliados, com o que a servidora Lacina concordou.
58 O conselheiro Hugo discordou do tempo de existência do Instituto e, após
59 discussão, foi decidido que a partir desta data o Conselho considera para
60 todos os efeitos a data efetiva de criação do Instituto Federal Sul-rio-
61 grandense, citando a história das instituições que o compõem. O Presidente
62 disse ser necessário definir essa questão, pois sendo o Instituto Federal Sul-
63 rio-grandense uma estrutura *multicampi*, é importante conjugar a história
64 de todos os *campi*, e que este deveria se tornar um texto oficial. A
65 conselheira Regina questionou a distribuição dos objetivos gerais e
66 específicos do projeto da CPA e a servidora Lacina disse que os mesmos
67 foram extraídos de documento oficial do MEC; o Presidente pediu que no
68 projeto da CPA fosse citado o documento do MEC como fonte dos
69 objetivos; mencionou fatos relativos à CPA, que aconteceram e exigiram
70 aprovação de portaria *ad referendum*, como a dificuldade de conseguir
71 pessoas com disponibilidade, o que aconteceu quando o primeiro
72 presidente adoeceu e teve de abandonar a Comissão. A secretária Berenice
73 frisou que já haviam sido feitos alguns destaques no Regulamento Próprio,
74 e que, após revisão, o documento foi reencaminhado à servidora Lacina e
75 que os pequenos ajustes que ainda houver não modificarão o teor. O
76 conselheiro Manoel questionou a legitimidade da comissão, considerando a
77 sua representatividade. A conselheira Ana Maria disse que esses membros
78 constituíam o número básico necessário para elaborar o documento. A

79 servidora Lacina informou que o art. 7º, parágrafo 2º da Portaria nº 2.051,
80 de 09/07/2004 do MEC diz que o Regulamento da Comissão Própria de
81 Avaliação tem que ser aprovado pelo Conselho Superior do IFSul, mas que
82 ela tem autonomia para tomar decisões e aplicar nos diversos *campi* e que
83 deve ter o respaldo dos diretores. A secretária Berenice salientou que a
84 participação discente é importante, mas que eles não costumam comparecer
85 às reuniões. O conselheiro Manoel disse que devemos ter cuidado no
86 acompanhamento dos cursos superiores, já que seremos avaliados
87 juntamente com as universidades e não podemos correr o risco de sermos
88 mal avaliados. A conselheira Ana Maria sugeriu que se colocasse a
89 necessidade de dois alunos dos cursos superiores por *campus*. O
90 conselheiro Manoel disse que, para ser legitimada, a CPA tem que ter
91 representatividade. A conselheira Ana Maria relatou a dificuldade para
92 formar a representação do *campus* Passo Fundo; salientou que ninguém se
93 interessa em participar de comissões que não oferecem *status* nem retorno
94 financeiro. A secretária Berenice ratificou a dificuldade, que também
95 ocorreu no *campus* Pelotas, que repassou a situação ao diretor, que
96 conseguiu fazer indicações. O Presidente disse que deveriam ser
97 apresentadas propostas consistentes, para serem votadas ou terem
98 consenso, a fim de resolver o problema. O conselheiro Alexandre solicitou
99 que a ordem da pauta fosse respeitada; sobre a CPA, relatou sua
100 experiência anterior, mencionando a necessidade de uma estrutura
101 permanente, que deve ser organizada num setor e ter representatividade
102 bastante significativa de todos os segmentos institucionais e da comunidade
103 externa. Ressaltou que estes últimos nunca compareciam, ratificou a
104 dificuldade de representantes para quaisquer comissões, inclusive as que
105 tratam de questões sindicais e que deve ser feita reflexão para ver o que
106 causa desmotivação nas pessoas em relação à participação nas comissões.
107 Disse também que deve ter alguém da área técnico-administrativa,
108 inclusive da área da informática, que trabalhe sempre junto e encaminhe as
109 decisões e propostas da CPA e que isso deve ser normatizado. A
110 conselheira Fernanda discordou do fato de que a Comissão deva ser
111 coordenada por um docente. O Presidente perguntou se um discente
112 poderia coordenar. A conselheira Gisela disse que as questões pontuais
113 devem ser resolvidas quando surgirem. O conselheiro Manoel sugeriu a
114 criação de um regulamento para a próxima CPA, que deve ser votado em
115 dezembro. A conselheira Ana Maria disse ser uma forma antidemocrática a
116 imposição de um regulamento. O Presidente disse entender que, a partir do
117 atual regulamento, seja feito um aprimoramento, que esta CPA solicite
118 estagiários para lhe dar apoio e que sejam buscados novos representantes
119 por *campus* ocorrendo sua aprovação em dezembro. O conselheiro Vitor
120 solicitou o seguimento normal da reunião, com respeito à palavra de cada
121 um, que só deveria ser interrompido para aparte. A conselheira Ana Maria

122 solicitou que se colocassem no texto dois representantes discentes por
123 *campus*; o Presidente disse que isso causaria problemas, que deveria ser
124 votado e não há tempo hábil, que deve ser deixado para retificação
125 posterior. O conselheiro Bork sugeriu que após retirar a expressão “*campus*
126 Pelotas”, substituir “poderá” por “deverá” e incluir a expressão “técnico-
127 administrativos” o regulamento fosse aprovado na íntegra, para alterações
128 posteriores. Posto em votação, foi aprovado. A profa. Aline Severo da Silva
129 apresentou o Projeto Pedagógico do Curso Ensino Médio – adaptação
130 curricular para alunos com necessidades educacionais especiais, do *campus*
131 Sapucaia do Sul: objetivos, histórico do aluno, busca de informações sobre
132 o problema junto a médico, pessoas da família e escola anterior, sobre o
133 atendimento programa TEC/NEC da SETEC/MEC se formou comissão
134 nacional para certificação de alunos com necessidades especiais
135 específicas. A conselheira Maria Regina salientou que não existe Curso
136 Ensino Médio, que deveria ser substituído por “no Ensino Médio” em todos
137 os itens. O conselheiro Vitor Hugo questionou o fato de que, tendo passado
138 pela Pró-reitoria de Ensino, já deveria estar correto. O Presidente explicou
139 que ela tem caráter de aprovação pedagógica, que quem faz algum ajuste
140 estrutural e dá o veredicto final é o Conselho. Colocado em votação, o
141 Projeto foi aprovado. A conselheira Gisela pediu que, quando houvesse
142 impedimento dos titulares, os suplentes fossem avisados, que os
143 representantes sempre recebem a ata e que esta fosse o mais fiel possível,
144 pois muitas vezes são omitidas falas importantes. O conselheiro Alexandre
145 informou ter sido avisado nesta data da impossibilidade de comparecimento
146 do titular. O Presidente determinou que, a partir da próxima reunião, o
147 material da pauta seja enviado a todos os Conselheiros e que o titular deve
148 avisar o suplente da ausência. A secretária Berenice lembrou que este
149 último item já foi aprovado pelo Regulamento. O Presidente disse que isso
150 pode ser retomado, mas que independe da remessa da documentação. A
151 secretária Berenice pediu sugestão sobre o melhor dia da semana para as
152 reuniões, a fim de elaborar o cronograma do próximo ano. A conselheira
153 Gisela propôs que os dias sejam alternados, o que foi aprovado em votação.
154 O conselheiro Mauro apresentou o Regimento Geral. O Presidente propôs
155 que os conselheiros que já tivessem destaques os apresentassem por artigos,
156 para agilizar a apresentação, considerando a existência dos seus 162
157 artigos. O conselheiro Manoel disse que o SINASEFE-Pelotas, em
158 assembleia, pediu que fosse manifestada a sua não concordância com o
159 encaminhamento das propostas, pois a sistemática, muitas vezes, não traz
160 algumas do *campus* Pelotas para discussão, e exemplificou com a que
161 propunha a criação de um Conselho de Administração e Planejamento, que
162 considera que os conselheiros deveriam ter tido conhecimento do que foi
163 aprovado pelo *campus* Pelotas e que seria importante para todos os *campi*.
164 A conselheira Janete defendeu que a questão passou duas vezes pelo

165 CODIR e que, portanto, todos os diretores-gerais tiveram conhecimento. O
166 conselheiro Manoel questionou o fato de o CODIR ter quatro membros
167 eleitos e onze indicados pelo Reitor, o que não permite uma peneira, que é
168 órgão consultivo e não pode aprovar propostas. O conselheiro Bork
169 defendeu que foram trazidas ideias de todos os *campi*, para que não
170 viessem pareceres soltos, que a ideia foi fazer um refinamento dos aspectos
171 que deveriam ou não compor o Regimento Geral, e que o CONSUP é quem
172 tem autonomia para tomar decisões. O conselheiro Nogueira disse que
173 acreditava que todas as propostas chegariam ao CONSUP, para votação,
174 como tinham sido apresentadas, que no CODIR seriam apenas anexadas as
175 diversas sugestões, que as propostas ficam descaracterizadas, pois não
176 trazem as sugestões dos diversos *campi*, que o mais coerente seria as ideias
177 iniciais retornarem ao CODIR. O conselheiro Vitor Hugo disse que em seu
178 *campus* foram observados vinte e cinco pontos que precisam sofrer
179 alterações, pois se forem aprovados como estão, impedirão a atuação do
180 Reitor, já que as Pró-reitorias resolverão tudo, assim é radicalmente contra
181 a aprovação, que ainda há tempo para discussões, que a formação
182 continuada está para a Pró-reitoria de Ensino e que deve ser da Pró-reitoria
183 de Extensão, que para aprovar pelo CEPE será necessário reunir 75 pessoas
184 e que se houver mais de 12 pessoas se tornará muito difícil trabalhar e
185 solicitou que o Regimento fosse retirado da pauta. O conselheiro Mauro
186 explicou como seriam escolhidos os representantes constantes nos incisos 5
187 a 11. O conselheiro Vitor Hugo disse que o diretor não deveria indicar o
188 representante de seu *campus*, que coordenador pedagógico não deveria
189 participar e questionou como se daria a participação dos técnicos
190 administrativos, já que há órgão específico, e que os discentes estão pouco
191 representados. A conselheira Ana Maria ratificou a manifestação do
192 conselheiro Vitor Hugo em relação ao texto, e a formação do Conselho de
193 Extensão e Pesquisa, em que não há clareza quanto à escolha dos membros,
194 e que a Instituição devia priorizar a eleição de representantes para
195 quaisquer comissões. Disse que o Regimento deveria ser mais discutido,
196 que deveria ser votado pela comunidade, que fossem feitas reuniões e que
197 fosse incentivada a construção democrática. O conselheiro Manoel
198 salientou que erros e acertos neste momento serão decisivos para o futuro
199 da Instituição, que entrou em contato com Alexandre Vidor, que informou
200 que estas discussões estão sendo feitas em todo o país, que tudo deverá
201 parar e que os representantes serão chamados pelo MEC, que não temos
202 visão de instituto, que o momento é rico e que tudo deve ser discutido em
203 conjunto, já que há questões específicas de cada *campus*, que os diretores
204 não tomam conhecimento de tudo que acontece, que devem decidir sobre
205 FGs e CDs, que se sente constrangido em votar agora questões que são a
206 gênese da Instituição, que há problemas se não é possível discutir o
207 organograma, que é necessário uma Reitoria que ajude os *campi*. A

208 conselheira Berenice manifestou seu descontentamento com as propostas
209 do *campus* Sapucaia do Sul, que o CODIR carecia de informações técnicas
210 necessárias relacionadas ao CEPE, que por ser consultivo deveria ser
211 constituído por pessoas com conhecimentos técnicos, que vê que ele
212 poderia ser deliberativo em algumas situações, mas que para isso deveria
213 ser representativo e que a questão do CEPE tem que ser revista. O
214 conselheiro Alexandre disse que há problema de método, que deve haver
215 democratização e envolvimento de toda a comunidade. Disse que o CODIR
216 deveria organizar o contraditório para que fossem trazidas ao CONSUP
217 propostas congruentes, falou da necessidade de aprimorar os processos
218 internos de decisão, que tem ouvido reclamações a respeito de discussões
219 pela Internet, que se tem feito processos paralelos em várias instâncias, que
220 avaliação da Comissão Própria de Avaliação e dos técnico-administrativos
221 poderia ser feito junto, baseada em regulamentações já existentes na
222 Instituição, que cada setor é quem melhor tem condições de apontar as
223 pessoas mais indicadas para desempenhar determinadas funções, que se
224 peca por acreditar demais na Internet ou no assembleísmo, já que muitas
225 vezes as pessoas não tomam conhecimento prévio dos temas, dificultando
226 discussões consistentes; chamou atenção para o fato de que, muitas vezes,
227 na intenção de agilizar um processo, ele se torna autoritário. O conselheiro
228 Nogueira considerou ser um momento histórico, o da construção do
229 Regimento, que o tempo para discussão foi razoável, mas que acreditava na
230 aceitação das propostas pelo CODIR, já que pela legislação é consultivo, e
231 que qualquer alteração seria feita pelo CONSUP, que se sentiu
232 constrangido ao informar que as propostas haviam sido cortadas no início
233 da reunião, quando falou da estrutura organizacional, disse que tinha
234 muitas alterações a sugerir, e que elas dependiam de alteração na estrutura.
235 Propôs que se estudasse mais o Regimento, para que o IFSul possa oferecer
236 tudo o que tem condições, que se for aprovado assim, as propostas do
237 *campus* Pelotas nem chegarão ao Conselho. O Presidente lembrou que deve
238 ser trabalhado o todo e não situações individuais, que há situações em que
239 há urgência e/ou detalhes técnicos, como no caso do Regimento, que se faz
240 necessário enviar aos bancos estatais já que estes não têm nenhum
241 documento oficial do IFSul, que é necessário saber ser pauta vencida,
242 individualmente ou representando uma comunidade, que quando foram
243 criados os IFs, houve necessidade de adequar cargos e funções para não
244 repetir o risco de repetir o problema do CEFET, que manteve a estrutura da
245 Escola Técnica, que na Lei que criou os IFs havia a determinação oficial de
246 como seria criada a estrutura dos *campi*, que os novos *campi* teriam um
247 CD3 e dois CD4, quatro FG1 e oito FG2, que ainda não vieram todas as
248 FGs e que houve troca de uma CD3 por CD2 quando da transformação da
249 Lei para permitir a autonomia financeira, disciplinar e administrativa dos
250 *campi*, que o organograma de *campus* não pode ser discutido, que as

251 funções estão vindo aos poucos e que para atender aos novos *campi*, teve o
252 cuidado de modificar o critério de distribuição, que o orçamento foi
253 determinado pelo MEC, reconheceu a dificuldade que o conselheiro
254 Nogueira deve estar sentindo por ter pego uma situação já em andamento,
255 que o discutido eram as atribuições, que elas é que determinariam o
256 enquadramento na estrutura, que a situação do *campus* Pelotas – Visconde
257 da Graça é diferenciada pela recente transição, que todos os docentes e
258 técnico-administrativos fossem chamados, já que Brasília trabalha com
259 números e não libera novas funções se elas existirem, que o organograma é
260 do *campus* e que ele deve organizar-se a partir das funções que tem, até que
261 o MEC e o Ministro do Planejamento aprovem proposta feita pelos reitores,
262 há mais de dois anos, em que estipulam relação entre estrutura e número de
263 alunos, que as propostas trazidas pelo *campus* Pelotas desestruturariam a
264 Reitoria, mudariam nomenclaturas estipuladas por lei, trocariam sistemas
265 que não têm sustentabilidade legal. O conselheiro Vitor Hugo lembrou não
266 ter mencionado a questão do organograma. O Presidente lembrou ter
267 defendido o estatuto do IF, aprovado pela comunidade, junto ao MEC;
268 disse também que o CODIR discutiu bastante as diversas propostas
269 apresentadas, mas que há situações que dependem de instâncias superiores,
270 que tudo o já foi feito não o foi aleatoriamente, mas baseou-se em modelos
271 de outras instituições. O conselheiro Manoel questionou a não observância
272 do tempo de fala para todos os presentes. O Presidente disse que sendo o
273 responsável maior pela Instituição, precisava ter feito os esclarecimentos. A
274 secretária Berenice lembrou que a partir desse momento seriam reservados
275 quatro minutos para cada fala. O conselheiro Manoel considerou que a
276 reunião estava prejudicada, que o *campus* Pelotas – Visconde da Graça
277 poderia ter feito leituras importantes que mereceriam ser debatidas, disse
278 que as funções agora devem ser discutidas no todo, que regimento e
279 organograma constam do estatuto e podem ser discutidos. A conselheira
280 Ana Maria disse que a proposta de capacitação dos docentes chegou ao
281 Conselho sem ter sido discutida nos *campi* e tendo sido reencaminhada aos
282 mesmos, foi trabalhada de forma que demonstrou falta de preparo
283 democrático; disse que o Regimento foi enviado por e-mail e que muitas
284 pessoas não leem, mas que as questões do Instituto não podem se restringir
285 a um pequeno grupo de pessoas, que devem se conscientizar as pessoas
286 para que todas participem das discussões; que antes de sair do *campus*, um
287 documento como este deveria ser apresentado à comunidade, para que se
288 manifestasse. A seguir, solicitou a retirada do mesmo da pauta, pois não se
289 sente apta a votar em nome de seus pares, que não o conhecem
290 suficientemente, nem participaram da elaboração. O conselheiro Nogueira
291 disse que sempre participou de comissões, que o *campus* Pelotas começou
292 a elaborar sugestões a partir do estatuto, que posteriormente foram
293 apresentadas à comunidade em reunião no auditório, que considera

294 importante que o Conselho conheça as propostas de todos os *campi* e que
295 se houver mais tempo, o Regimento será aprovado com mais consistência.
296 A conselheira Gisela salientou a importância das discussões que estavam
297 sendo feitas, especialmente para quem está iniciando sua trajetória, mas
298 que é fundamental crescer na qualidade da discussão e na participação e
299 disse que devem ser evitados pronunciamentos mais fortes, que deixam a
300 reunião pesada. O conselheiro Vitor Hugo disse que foi eleito para
301 representar um grupo e que jamais daria opinião pessoal, que tudo o que
302 falasse seria em nome de todos e ratificou o pedido de retirada da pauta
303 como decisão do *campus* Pelotas – visconde da Graça; agradeceu a
304 presença da conselheira Janete em seu *campus*, que elucidou muitos
305 aspectos; defendeu a posição do Reitor ao indicar os cargos necessários,
306 considerando a estrutura *multicampi* e disse não caber ao Conselho
307 determinar o número de funcionários de que o Reitor pode dispor; disse
308 conhecer a estrutura de seu *campus* e as necessidades que tem; que só
309 poderia manifestar-se em relação às necessidades da Reitoria se fosse
310 chamado para uma reunião específica, que vai lutar para que a UAB e a
311 Educação a Distância não fiquem junto com o Ensino, que não concorda
312 com a posição de Pró-reitoria que quer suplantar determinação do MEC e
313 ratificou o pedido de retirada de pauta. O conselheiro Bork propôs
314 organizar, em Sapucaia do Sul, reunião com todas as comissões que
315 elaboraram o Regimento e membros do Conselho para, respeitando as
316 determinações da Reitoria, do que pode ou não ser discutido em relação a
317 organograma, trabalharem exaustivamente a fim de trazerem, para a
318 próxima reunião, propostas que certamente serão aprovadas. A conselheira
319 Ana Maria questionou onde ficaria a aprovação da comunidade, disse que
320 não foi discutido em Passo Fundo, que a proposta final deveria passar pela
321 comunidade. O conselheiro Alexandre disse que todos precisamos crescer
322 para melhorar a qualidade do serviço público, que certas posturas tornam as
323 reuniões pesadas; explicou que técnico-administrativos devem participar
324 das atividades de ensino, pesquisa e extensão, que a DGP precisa se reunir
325 com o *campus* Pelotas-Visconde da Graça, que todas as questões técnicas
326 envolvem questões políticas, questionou quando a Reitoria vai discutir o
327 Regimento. A conselheira Ana Maria propôs que a proposta final aprovada
328 em Sapucaia do Sul passasse para conhecimento de toda a comunidade. O
329 conselheiro Marcelo disse conhecer as dificuldades para organizar um
330 *campus* e entende a dificuldade que a Reitoria também vive; comentou a
331 importância da troca de informações proporcionada pelo curso que os
332 diretores estão fazendo em Brasília; falou que é complexo montar as
333 estruturas democraticamente e que muitas dificuldades surgem a partir da
334 descontextualização, que o organograma é factível dentro da capacidade
335 mínima de cada *campus*. O conselheiro Vitor Hugo disse que houve
336 discussão na comunidade, que teve o respaldo da conselheira Janete e do

337 professor Mauro, que trouxe propostas de alterações técnicas, como a
338 relativa ao CEPE. Disse que o organograma nunca vai satisfazer a todos,
339 que concorda com as sugestões dos conselheiros Bork e Ana Maria, mas
340 que precisa haver um andamento efetivo, que havendo necessidade podem
341 ser feitas alterações posteriores. O conselheiro Pinheiro mostrou
342 preocupação com o fato de colegas terem falado em poucas discussões, que
343 uma questão desse porte exige comprometimento de todos, inclusive dos
344 diretores, e que todos devem ter em mente que o resultado final será um
345 pouco do que cada um pensa e deseja; disse que é importante haver novas
346 discussões, e embora não participando dos debates vai se sentir muito
347 melhor para votar. O conselheiro Luis Afonso disse que no *campus* Passo
348 Fundo foi instituída comissão para discutir, que o material foi distribuído
349 por e-mail e que, se houve pouco material para trabalhar, foi por falta de
350 participação da comunidade. O conselheiro Manoel disse concordar com as
351 propostas anteriores, que o importante é como a instituição se estrutura, de
352 acordo com as necessidades, que tem que ser votada a alteração no
353 organograma, que para ele votar tem que haver discussão de todo o
354 regimento. O Presidente fez o encaminhamento da proposta do conselheiro
355 Vitor Hugo de que o Regulamento não fosse votado e da proposta do
356 conselheiro Bork, de realizar discussão em Sapucaia do Sul e após retornar
357 ao Conselho praticamente definido. Colocada em votação, a proposta de
358 retirada do Regulamento da pauta, foi aprovada por unanimidade. A
359 proposta do conselheiro Bork, de as comissões discutirem e criarem um
360 documento que seria reenviado a cada um dos *campi* e depois vir para o
361 Conselho foi discutida. A conselheira Ana Maria acrescentou que ao voltar
362 para cada *campus* deveria haver uma reunião para discussão do documento
363 e, logo após, retornar ao CONSUP. O conselheiro Vitor Hugo propôs que
364 em Sapucaia do Sul se formasse uma comissão encarregada de divulgar aos
365 *campi* o documento final. O conselheiro Marcelo sugeriu que o pessoal da
366 Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional - PRDI participasse, por já
367 ter conhecimento. O conselheiro Nogueira sugeriu que o documento fosse
368 apresentado aos *campi* já definido. A conselheira Regina propôs que as oito
369 propostas fossem enviadas previamente à comissão, para agilizar. Foi
370 colocada em votação e aprovada a proposta do conselheiro Bork: reunião
371 em Sapucaia do Sul para análise e discussão do documento, apresentação
372 nos *campi* e retorno para apreciação do CONSUP. A conselheira Ana
373 Maria solicitou que a proposta do *campus* Passo Fundo fosse mais bem
374 divulgada antes da reunião de Sapucaia do Sul. Ficou definido que seriam
375 no máximo quatro representantes por *campus*. A conselheira Fernanda
376 questionou se a Reitoria não iria participar. O conselheiro Nogueira
377 defendeu esta participação. O Presidente falou que a Reitoria abrange todas
378 as diretorias sistêmicas e Pró-reitorias, que servem a todos. Reiterou que os
379 temas já discutidos fossem aprovados ou tivessem destaques. O conselheiro

380 Vitor Hugo propôs a aprovação em bloco dos temas técnicos e o
381 conselheiro Manoel propôs a apresentação individual, tendo sido aceita a
382 proposta do conselheiro Manoel. Foi aprovada a alteração da oferta de
383 vagas para o *campus* Santana do Livramento. O servidor Flávio explicou
384 que a compra do prédio pretendido não ocorreu, e o imóvel que
385 conseguiram tem salas pequenas. Foi aprovada também a inclusão do
386 Estágio não Obrigatório no Projeto. O Presidente expôs para apreciação
387 homologação as portarias *ad referendum*. O conselheiro Manoel disse que
388 na primeira reunião do Conselho foi discutida a questão das portarias *ad*
389 *referendum*, que na época foram importantes. Salientou que agora há um
390 Conselho, que é representativo e que deve ser o responsável pela
391 homologação das mesmas; que deve ser discutido o critério de urgência das
392 portarias e que vem se abstendo das votações e que a partir de agora só irá
393 votar nas que forem realmente de extrema urgência, já que até agora o
394 Conselho não votou nenhuma portaria, apenas homologou. Solicitou que
395 os diretores trouxessem todas as questões possíveis para aprovação nas
396 reuniões. O Presidente solicitou que fosse colocada a definição de portaria
397 urgentíssima, porque no intervalo de sessenta dias entre as reuniões do
398 CONSUP há situações que demandariam duas ou três chamadas
399 extraordinárias. O conselheiro Vitor Hugo perguntou ao Presidente se ele
400 sabia que era responsável pelos documentos *ad referendum* que assinava e
401 disse que se houvesse algum *ad referendum* com cujo teor não
402 concordasse, votaria contra. O conselheiro Maicon manifestou-se dizendo
403 que respeita todas as opiniões, mas que muitas vezes, para o bom
404 funcionamento da Instituição o Presidente precisa tomar decisões
405 independentemente do grande grupo. O conselheiro Marcelo disse que,
406 principalmente nos *campi* menores há muitas situações que não podem
407 esperar por reunião do Conselho para serem resolvidas. A conselheira Ana
408 Maria ratificou a fala do conselheiro Manoel, dizendo ser, também essa,
409 uma questão de democracia, mas que reconhece a existência de situações
410 especiais. O conselheiro Manoel salientou a importância de os diretores
411 conhecerem com antecedência as datas das reuniões para que pudessem se
412 organizar e declarou sua abstenção às portarias *ad referendum*, e a intenção
413 de fazer campanha contra as mesmas. O conselheiro Alexandre questionou
414 se os cargos de função são da gestão ou da Instituição. Sendo da
415 Instituição, devem ser resolvidos pelo Conselho, se forem da Gestão, é ela
416 quem define, mas que compreende que são da Instituição; também declarou
417 sua abstenção. O conselheiro Hugo questionou que assim sendo, seria o fim
418 da eleição para diretores e disse que gostaria que cada um fosse diretor por
419 um mês para entender as dificuldades. O Presidente lembrou que muitos
420 setores ficariam parados, se houvesse alterações e não pudesse ser feita a
421 portaria correspondente. O conselheiro Hugo lembrou que ninguém pode
422 assinar um documento se não tiver sido nomeado. O Presidente colocou em

423 votação a proposição do conselheiro Manoel: que sejam homologadas as
424 Portarias da pauta e que, a partir de então, as *ad referendum* só sejam feitas
425 em caráter de urgência-urgentíssima e que o porquê seja explicado na
426 reunião. Salientou que documentos que envolvam pessoal, nomeações e
427 extinções serão considerados urgentes. Em regime de votação, foram
428 homologadas. As professoras Beatriz Helena Katrein e Luciana Rocha
429 apresentaram uma visão geral do projeto do Curso Técnico em Execução,
430 Conservação e Restauo de Edificações – integrado – Proeja, do *campus*
431 Pelotas. O conselheiro Manoel questionou a temeridade de oferecer um
432 curso que daqui a dois anos pode não estar mais sendo oferecido por não
433 constar do catálogo do MEC e disse que não se devem pulverizar as
434 especificações dos cursos para não prejudicar o aluno mais tarde, em
435 relação a salário. As professoras explicaram que já possuem um plano
436 alternativo. O conselheiro Bork parabenizou-as pela estrutura do curso e
437 disse que também está oferecendo curso fora do catálogo, na área de
438 administração. A professora Luciana explicou que o plano B seria pedir a
439 mudança do perfil do técnico em restauro e mudar o nome do curso. A
440 conselheira Gisela diz que estão buscando por um olhar mais detalhado no
441 catálogo, observando o que realmente é importante e não apenas uma
442 questão de nomenclatura, que a intenção é provocar discussão na própria
443 SETEC. A conselheira Berenice parabenizou as professoras pela coragem
444 de tentar incluir o curso no MEC. O conselheiro Manoel disse estar
445 convencido, pois o curso alarga a qualificação, em vez de especificá-la. O
446 conselheiro Marcelo também as parabenizou e salientou a importância do
447 curso numa cidade com um passado histórico. A conselheira Gisela
448 lembrou o impacto ambiental e a diminuição do lixo da área da construção
449 civil. A professora Beatriz salientou que esses projetos só se tornam
450 possíveis quando os profissionais envolvidos têm tempo disponibilizado
451 em sua carga horária semanal para os encontros e preparação. O Presidente
452 cumprimentou-as, falou da importância do curso para a Instituição e
453 colocou em votação, tendo sido aprovado por unanimidade. O professor
454 Jair Jonko apresentou o anexo II da ata de entendimento CETP-UTU/IFSul,
455 em que consta o número de vagas ofertadas (trinta vagas para Controle
456 Ambiental e duas turmas de vinte alunos para Informática para Internet),
457 item faltante na documentação anterior e fundamental para o processo do
458 vestibular. Colocado em regime de votação, foi aprovado. Foi apresentado
459 o calendário 2010/2 do *campus* Bagé. O conselheiro Manoel disse
460 preocupar-se pelo fato de constarem aulas nos sábados de dezembro; o
461 conselheiro Ricardo disse que a comunidade de Camaquã foi consultada e
462 que optou por aulas nos sábados de dezembro em vez de prolongar o
463 calendário até fevereiro. Foi sugerido que Bagé faça o mesmo
464 encaminhamento utilizado pelo *campus* Camaquã. Colocado em votação,
465 foi aprovado. O conselheiro Bork voltou a referir-se à reunião em Sapucaia

466 do Sul e ficou definido que a mesma será realizada nos dias 25 e 26 de
467 novembro próximo. O Presidente sugeriu que fosse apresentado o
468 Regulamento de Formaturas e deixado para o dia seguinte o Regulamento
469 do CONSUP. O conselheiro Bork apresentou a proposta de extinção da
470 Coordenação de Apoio ao Ensino e a criação de um Departamento de
471 Ensino, ligado à Assessoria de Ensino, com FG2 para o *campus* Sapucaia
472 do Sul; disse que há um organograma previsto para até mil e duzentos
473 (1.200) alunos, que este número já foi superado, e que as adaptações estão
474 sendo realizadas a partir dessa realidade, que a FG4 será deslocada para a
475 Coordenação de Orçamento e Contabilidade Financeira. A proposta de
476 alteração da estrutura organizacional, conforme memorando 069/2010
477 GabSapucaia, foi votada e aprovada. O professor Miguel falou sobre o
478 Regulamento de Formaturas, que se baseou em regulamentos de outras
479 instituições, que muitas destas não o cumprem. A conselheira Regina
480 perguntou se na fila dos homenageados estariam os pais-servidores. O
481 professor Miguel explicou que é costume fazer o convite para tal. A
482 conselheira questionou o critério para escolha dos dois professores, no
483 artigo 7 (sete). O professor Miguel disse que o *campus* precederia
484 livremente à escolha, que é difícil encontrar pessoas dispostas a assumirem.
485 O conselheiro Vitor Hugo manifestou-se contrário à contratação de
486 empresas para organizar a solenidade, em razão de haver muitos alunos em
487 situação de vulnerabilidade social, que muitas vezes professores se
488 cotizaram para permitir a formatura de alunos, que isso é alimentar a
489 indústria privada e solicitou a retirada do parágrafo único do art. 8 (oito), e
490 do inciso sétimo do artigo 7 (sete). Disse que a Instituição deve oferecer a
491 solenidade, por mais simples que seja. A secretária Berenice perguntou se
492 ele era contra o pagamento pelo aluno ou também que a Instituição
493 contratasse uma empresa, e que esta é a intenção: licitar empresa que se
494 responsabilize pela solenidade. O conselheiro Vitor Hugo disse que essa é a
495 obrigação do Instituto. A secretária Berenice salientou que os diretores-
496 gerais deverão providenciar a licitação com noventa dias de antecedência,
497 que se refere ao Ensino Superior; falou que a formatura em gabinete não foi
498 discutida suficientemente e que poderá ser incluída mais tarde como anexo.
499 O conselheiro Mauro sugeriu encaminhar ao setor de Registros
500 Acadêmicos, e não especificar Coordenação de Registros Acadêmicos
501 (COREGE) ou Departamento de Registros Acadêmicos (DRA). O
502 conselheiro Manoel disse que as formaturas deveriam ser garantidas aos
503 cursos técnico e médio e inclusive constar do projeto dos cursos. O
504 Presidente disse que posteriormente poderia ser feito um adendo, que
505 atualmente a obrigatoriedade é para os cursos superiores. O conselheiro
506 Manoel sugeriu que seja feita uma Resolução incluindo os cursos técnico e
507 médio no custeio. O professor Miguel salientou que o Regulamento se
508 refere apenas à solenidade, que as festividades não estão incluídas. O

509 conselheiro Krüger questionou o item sétimo do artigo sete, quem seriam
510 os representantes; disse que nenhum servidor pode ser incluído em
511 comissão que mexa com orçamento, que a Instituição já patrocinou e que
512 isso terminou por ter sido auditada pelo TCU. O conselheiro também
513 questionou que, da forma como estão propostos, os gastos deixarão de ser
514 da comissão e passarão para o Conselho, que o aprovou. O conselheiro
515 Krüger disse que a parte que se refere à comissão de formatura não é de
516 competência do Conselho, que o que se refere às festividades deve ser feito
517 nos bastidores em caráter interno. A secretária Berenice salientou que a
518 proposta baseou-se no regulamento anterior e na regulamentação que o
519 MEC está elaborando e que em breve estará chegando. Explicou que a
520 Comissão de Formatura vale para todos os cursos, que o artigo oito é
521 direcionado aos cursos superiores. O conselheiro Vitor Hugo salientou que
522 a Instituição tem o dever de oferecer solenidade para todos os cursos, pois
523 talvez seja a única oportunidade que muitos alunos terão de formar-se e em
524 que as famílias terão o orgulho de vê-los colando grau. O Presidente
525 considerou a importância do Regulamento, mas disse que a Comissão de
526 Formatura não deveria vir ao Conselho, e que era pela retirada do Capítulo,
527 que se devia trabalhar apenas sobre o que era responsabilidade
528 institucional, que a comissão de alunos deve ser responsável pela parte
529 festiva, mas sem o aval do Conselho. O conselheiro Krüger disse que os
530 professores não deveriam fazer parte das comissões, para evitar problemas
531 como os que já ocorreram. A secretária Berenice salientou a necessidade de
532 regulamentar e uniformizar as formaturas nos *campi* e propôs a retirada dos
533 artigos 7 (sete) e 8 (oito). O conselheiro Krüger solicitou a retirada do
534 termo custeio comentou sobre a descaracterização da formalidade das
535 formaturas e que deve sim haver regulamentação. O conselheiro Manoel
536 sugeriu que a aprovação ficasse para o dia seguinte. O Presidente disse que
537 se a Instituição for bancar, ela também será responsável pelos detalhes,
538 inclusive pela escolha dos temas musicais, a fim de garantir a sobriedade
539 do cerimonial, e que é favorável a retirada do que se refere à comissão. A
540 reunião encerrou às vinte e uma horas e trinta minutos, ficando acertado o
541 seu recomeço para as oito (8) horas do dia seguinte. A reunião recomeçou
542 às oito horas e vinte minutos (8h) do dia quinze de outubro. A secretária
543 Berenice procedeu à defesa das comissões de formatura, que há muito
544 tempo não ocorrem problemas, que os alunos têm acesso ao regulamento
545 que lhes informa o que podem ou não fazer; disse para que para a
546 elaboração deste, cada *campus* indicou o representante para traduzir as
547 ideias de seu grupo, que passou pelo Colégio de Dirigentes - CODIR, que
548 ontem ficaram duas situações a definir: a comissão de formaturas e a
549 formatura para o técnico bancada pela Instituição, que só se refere à parte
550 solene, que as festividades devem continuar sendo a partir da contribuição
551 de alunos, que pagam carnê. O professor Miguel reportou-se à questão de

552 comportamento, que esta fica a cargo do Chefe de Gabinete e sua equipe, e
553 que deve haver uma comissão para resolver os problemas mais complexos
554 que ocorrem, que há necessidade de dimensionamento da formatura e de
555 regulamentação da formatura em Gabinete, pois acabam sendo feitas duas
556 cerimônias, ambas complexas, e que questões de comportamento, embora
557 bastante trabalhadas, às vezes fogem ao controle. O conselheiro Bork
558 propôs a formatura para todos os cursos e a manutenção da formatura em
559 gabinete. O Presidente falou do cuidado que os *campi* devem ter com as
560 despesas, que sairão de seu orçamento, que deve ser revisto em função das
561 formaturas dos cursos técnicos; sugeriu que na reunião com o professor
562 Daniel Espírito Santo Garcia, conversassem sobre a questão operacional. O
563 conselheiro Nogueira falou do alto custo para o *campus* Pelotas, haja vista
564 as várias formaturas que se realizam a cada semestre. O Presidente falou de
565 possíveis inexistências de garantias orçamentárias, e que, por isso não
566 deveria constar a responsabilidade financeira. O conselheiro Alexandre
567 sugeriu que até a próxima reunião fosse pensado um regulamento para as
568 formaturas dos cursos técnicos. A secretária propôs que fosse alterado o
569 artigo 8 (oito). A conselheira Berenice solicitou que constasse a proposta
570 para que cada *campus* estude a possibilidade de regimentar a questão da
571 oferta de formatura aos cursos técnicos. A secretária Berenice disse que
572 esta última proposta se soma às feitas por ela e pelo conselheiro Hugo, de
573 que o *campus* que puder faça a oferta da solenidade e que os diretores-
574 gerais estudem e tragam definições para uma próxima reunião. A secretária
575 salientou que as formaturas deste ano não estão contempladas no
576 Regulamento, que em março os diretores devem começar a trabalhar as
577 formaturas do próximo ano. A manutenção, no Regulamento, da formatura
578 em gabinete, como está, foi posta em votação e aprovada. Foi mantida a
579 retirada dos itens sete e oito da Comissão de Formatura e a volta do item
580 um com a alteração “elaborar um levantamento de custos”. Com os
581 adendos propostos, o Regulamento foi posto em votação e aprovado. A
582 secretária perguntou de quem seria a responsabilidade dos atos não solenes.
583 O professor Miguel disse que, qualquer problema que houver, mesmo que
584 em festividade organizada pelos alunos, implicará responsabilidade da
585 Instituição. A conselheira Ana Maria discordou, mas salientou que deveria
586 constar um item em que constasse que os atos não solenes não são de
587 responsabilidade da Instituição. A conselheira Gisela disse que a questão
588 não é ser ou não formal, mas ser ou não organizados pela Instituição. O
589 conselheiro Nogueira manifestou suas dúvidas sobre a responsabilidade
590 perante a justiça, em festividades onde estão reunidos mais de setenta por
591 cento de uma turma. O Conselheiro sugeriu que a Instituição deveria
592 supervisionar as festividades. A secretária Berenice disse que é o que
593 acontece atualmente e a conselheira Gisela disse que, assim, a Instituição
594 está assumindo um ônus. O conselheiro Krüger disse que a Instituição deve

595 se manter o mais distante possível de atividades não solenes, e que alunos
596 deverão formar comissão para as festividades. A secretária lembrou que o
597 assunto estava fugindo de foco e que deveria ser votado. A conselheira
598 Gisela disse que os alunos devem saber, desde seu ingresso, que são
599 responsáveis pelas festividades; a secretária Berenice lembrou que caberá
600 aos diretores fazer essa divulgação. A conselheira Ana Maria sugeriu
601 incluir novo item sete, constando que “atos não solenes são de inteira
602 responsabilidade dos alunos”. A conselheira Berenice disse que comissão
603 de formatura envolve tudo e a secretária sugeriu trocar para “comissão dos
604 atos solenes da formatura”. O Presidente pediu para alterar a redação do
605 parágrafo 7 (sete). O conselheiro Manoel lembrou que o culto não é solene
606 e que a escola é laica. O Presidente posicionou-se dizendo que, por ser
607 tradição, não será excluído, mas que não constará do Regulamento. Em
608 relação à música, após debates, o Presidente colocou em votação as
609 propostas da conselheira Ana Maria: escolha do aluno, com aprovação pela
610 Comissão e do conselheiro Krüger: escolha pela escola, representada pela
611 comissão. Colocada em votação, a proposta da conselheira Ana Maria
612 ganhou por maioria (dezoito votos a dois). O conselheiro Cleiton sentiu-se
613 mal e precisou ser levado ao Gabinete Médico, uma vez que, contatado, o
614 médico, obteve-se deste a informação da impossibilidade de atendimento
615 fora do Gabinete. Passou-se à apresentação do Regulamento do Conselho
616 Superior, com destaques. O primeiro foi feito no artigo 10 (dez), sobre a
617 correspondência via e-mail institucional, retirado em virtude de os alunos
618 não terem acesso. A conselheira Gisela manifestou-se sobre o não
619 atendimento médico ao Conselheiro e o Conselho decidiu fazer moção
620 encaminhada ao conselheiro Nogueira. Considerando a necessidade de os
621 diretores-gerais participarem de outra reunião, ficou decidida a convocação
622 para uma reunião extraordinária no dia 17 de novembro, no *campus*
623 Sapucaia do Sul. Em relação à reunião dos dias 25 e 26, ficou decidido que
624 os conselheiros podem participar como convidados, mas que somente os
625 membros das comissões terão voz. A conselheira Gisela ratificou a
626 proposta de o Conselho encaminhar ofício ao Diretor-Geral do *campus*
627 Pelotas relatando o ocorrido em relação ao não atendimento médico, o que
628 foi aprovado. O Presidente do Conselho agradeceu a presença de todos e,
629 às dez horas e dez minutos, deu por encerrada a reunião e eu, Stela Marina
630 Nunes de Castro, lavrei a presente ata que após aprovada, será assinada por
631 todos os presentes.